



Princípios, Diretrizes e Compromissos

P R E S I D E N T E
Simone15
vice MARA GABRILLI





AMOR

A close-up, high-angle shot of a woman's face. She has dark hair and is looking upwards and to the right with a hopeful expression. The lighting is soft and warm, highlighting her skin texture. The text 'E CORAGEM' is overlaid in white, bold, sans-serif font across the middle of the image.

E CORAGEM

PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E COMPROMISSOS

Simone**sim**

vice MARA GABRILLI



Apresentação

NOSSO COMPROMISSO É COM O BRASIL

O Brasil encontra-se numa encruzilhada. A democracia está sob ataque, as instituições estão fragilizadas, a economia não avança. E, principalmente: **a vida das brasileiras e dos brasileiros está muito difícil.**

O país está de joelhos. Basta olhar ao redor. São mais de 10 milhões de desempregados e outros mais de 4 milhões de pessoas em situação de desalento. A inflação persistentemente acima de 10% ao ano reduz ainda mais a renda das famílias. A insegurança alimentar explode: 33 milhões de brasileiros passam fome. A economia brasileira anda de lado, com avanço irrisório do PIB. Para completar, nunca se viu tamanha destruição do nosso meio ambiente, dos nossos recursos naturais, nossos biomas e do nosso ecossistema.

O país precisa de uma verdadeira reconstrução, ampla e abrangente. Que vai muito além da economia, mas começa por ela, porque só a retomada do crescimento é capaz de nos permitir acabar com a fome e a miséria, reduzir as desigualdades, voltar a criar empregos e gerar renda no volume e na qualidade que nossa população necessita.

As mudanças estruturais que nos permitirão sair da armadilha do baixo crescimento exigem que as fundações de nossa democracia estejam sólidas e o tecido social, recuperado. O esforço deve ser conjunto: todos os poderes e todos os níveis de governo trabalhando em união e harmonia para a superação da crise institucional, econômica, social e moral. Iniciativa privada e sociedade civil ajudando a impulsionar o investimento e a promover a cidadania.



Queremos uma sociedade justa, inclusiva e plural, onde haja igualdade de oportunidades para todos.

O país precisa mudar de verdade. É preciso fazer diferente, é possível fazer diferente. E nós faremos, com amor e coragem.

O passo inicial é voltarmos a ter um governo estável. Um governo que expresse agenda clara, com rumo, com começo, meio e fim. Que promova a segurança jurídica, institucional e regulatória capaz de reavivar a confiança e de dar previsibilidade. Que atue com responsabilidade e estabilidade para reduzir desigualdades e produzir desenvolvimento, novas oportunidades, bem-estar e qualidade de vida.

Uma gestão que promova a união e pratique o 'presidencialismo de conciliação'. Um governo transparente, voltado à eficiência de suas políticas, e reformista, que coloque o Estado realmente a serviço de quem mais precisa e abra espaços para o investimento privado acontecer. Um governo parceiro, com foco máximo no social e que tem a responsabilidade ambiental no centro de todas as suas políticas.

Nossas diretrizes estão sustentadas em quatro eixos: combate às desigualdades sociais; compromisso com a economia verde; construção de um governo parceiro da iniciativa privada; transparência, inclusão e combate a todas as formas de preconceito e discriminação. No centro e na interseção de todos eles encontra-se o cidadão do presente e do futuro: a criança.

Um país que cuida de suas crianças está indicando claramente o que quer para o futuro. Pessoas com conhecimentos sólidos e abrangentes e habilidades socioemocionais desenvolvidas. Jovens interessados e com boa inserção no mercado de trabalho. Homens e mulheres produtivos, com famílias vivendo bem e com conforto. Idosos com uma existência digna.

Cada um desses eixos terá metas claras, na agenda pública de governo e no Orçamento Geral da União, determinadas a partir de políticas públicas baseadas em evidências e na ciência, com

transparência de gastos e responsabilidade no trato do dinheiro público. Porque não existe justiça social sem responsabilidade fiscal.

O documento que ora apresentamos à sociedade brasileira contém princípios, diretrizes e compromissos que orientam o programa de governo de Simone Tebet à Presidência da República.

É ponto de partida, construído a partir do diálogo, da interação e da colaboração de centenas de especialistas, técnicos e representantes do meio acadêmico e da sociedade civil, parlamentares, líderes políticos e empresariais, voluntários e, sobretudo, cidadãos que querem mudar de verdade o nosso país.

É fruto, também, das conversas, dos debates e das interações que tivemos ao longo dos últimos meses, em todos os cantos do país, durante as “Caminhadas da Esperança”, eventos da nossa pré-campanha voltados a aprofundar diagnósticos sobre a realidade nacional e a ampliar o nosso diálogo com a população.

Elaborado em parceria entre **Cidadania, MDB, Podemos e PSDB**, partidos que compõem a coligação **Brasil Para Todos**, esse documento representa convergências e a construção de melhores soluções, sempre tendo como premissa o respeito à democracia, às instituições e ao Estado de Direito. Apresenta respostas e aponta caminhos. Acima de tudo, traduz esperança, renovação e efetivo debate de ideias em torno do que é importante para a nossa população e o que é, de fato, necessário para superarmos os problemas reais do país.

Este é um documento aberto, em construção, que será discutido com o Brasil, com as brasileiras e os brasileiros nas próximas semanas até as eleições gerais de outubro, a fim de que comecemos a escrever uma nova história para o nosso país e a transformar, para muito melhor, a vida do nosso povo.

Simone Tebet

Candidata a presidente da República
pela coligação Brasil Para Todos



PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E COMPROMISSOS

Simone**sim**

vice MARA GABRILLI

EIXO 1

Justiça social, cidadania e combate a desigualdades

O país convive hoje com uma calamidade intolerável: a fome e a insegurança alimentar que afetam mais de 125 milhões de brasileiros. É indigno, é inaceitável. Nossa primeira missão na Presidência da República será eliminar a fome e a miséria no país, reduzir as desigualdades e diminuir a pobreza. Tornar o Brasil um país mais justo e menos desigual. Temos pressa.

O Brasil tem o maior programa de transferência de renda do mundo, uma construção de Estado, um direito das pessoas, que vem desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Não pode ser usado como moeda de troca eleitoral.

Nosso compromisso para os próximos quatro anos é com um programa de transferência de renda permanente, focado nas famílias que mais precisam, com cuidados que induzam melhoria das condições de vida, como frequência na escola, saúde preventiva e vacinação em dia. Um programa que incentive o emprego e mantenha os jovens nas salas de aula. O foco da nossa política social é a integração dos beneficiários ao mercado de trabalho.

Nosso programa também coloca, pela primeira vez na história, a educação no topo das prioridades nacionais, liderada e coordenada pela União, com um MEC que se dedique de fato a fazer nossas crianças e adolescentes aprender, recuperando o tempo perdido na pandemia. Temos convicção de que dá para fazer diferente e transformar o futuro dos nossos estudantes num prazo curto, baseado em educação de tempo integral, no novo ensino médio e numa nova base curricular que eduque para a cidadania e, sobretudo, aproxime o ensino médio, profissionalizante e técnico do mercado de trabalho, com professores valorizados e infraestrutura adequada.

A cultura voltará a ser tratada com o status, a atenção e a importância que merece, com a recriação de um ministério específico, para articular políticas com estados e municípios como estratégia de desenvolvimento, cidadania e fortalecimento da economia criativa.

A pandemia também deixou um legado de desafios na saúde. O primeiro deles é reduzir a fila de espera por consultas, exames e cirurgias. Reestabelecer de forma gradual a participação da União no financiamento do SUS e investir em prevenção e atenção primária, com auxílio da tecnologia e fortalecimento da Estratégia Saúde da Família. Cuidar da saúde para não ter que tratar só da doença.

A dignidade das nossas famílias só vai ser recuperada se elas tiverem oportunidade de emprego e de geração de renda. Para isso, o país precisa voltar a crescer. Vamos enfrentar e reduzir o desemprego, buscar avanços que promovam maior formalização e melhor remuneração para os trabalhadores.

A real porta de entrada para a cidadania é a moradia, com tudo o que representa de bem-estar e melhoria de vida, com boas condições de habitação e saneamento. Por isso, vamos retomar programas de construção de moradias subsidiadas, voltadas a famílias de baixa renda e mais vulneráveis, sobretudo as lideradas por mulheres.

- Promover maior justiça social e uma sociedade equânime, inclusiva e plural;
- Erradicar a fome e a miséria e diminuir a insegurança alimentar;
- Diminuir a pobreza, com metas de redução conforme o projeto de Lei de Responsabilidade Social, e as desigualdades sociais;

- Implantar programa permanente de transferência de renda, com foco e apoio maior às famílias mais vulneráveis, promoção das condições de saúde, educação e assistência social dos beneficiários, estímulo ao acesso ao mercado de trabalho e a oportunidades de emprego e renda;
- Instituir benefício de renda mínima para eliminar a pobreza extrema, levando em conta a composição familiar e a insuficiência de renda;
- Fortalecer o Cadastro Único para melhorar a focalização dos programas sociais;
- Recuperar a liderança e o protagonismo do MEC na coordenação das políticas de educação, conduzindo o novo Plano Nacional de Educação, a ser renovado em 2024;
- Erradicar o analfabetismo;
- Priorizar a recomposição da aprendizagem dos alunos decorrente da pandemia, o combate à evasão escolar, a capacitação e valorização dos profissionais da educação e a implementação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular);
- Priorizar a primeira infância, com a criação da Secretaria Especial da Criança e Adolescência, vinculada diretamente à Presidência da República, com uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, implementar de forma integral o Marco Legal da Primeira Infância e apoiar municípios na ampliação da oferta de vagas em creches (até 3 anos de idade) e pré-escola (4 a 5 anos) e na melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- Fazer a integração da educação infantil com o ensino fundamental, para melhor transição entre essas etapas, valorizar os educadores infantis e contribuir para melhorar os indicadores nacionais de aprendizagem;
- Garantir que todos os alunos sejam plenamente alfabetizados até o segundo ano do ensino fundamental, em cumprimento à BNCC e às metas do atual Plano Nacional de Educação;
- Implantar as mudanças previstas na reforma do ensino médio, com a liderança do MEC na coordenação da implementação em todos os estados, com destaque para a ampliação do ensino técnico e profissionalizante, conectado com demandas do mercado de trabalho, para maior inserção produtiva dos jovens;



- Criar a “Poupança Mais Educação”, para incentivar os jovens de baixa renda a concluir o ensino médio;
- Reforçar o ensino superior público no Brasil, incrementando a atividade de pesquisa realizada nas universidades públicas;
- Ampliar o acesso às instituições de ensino superior públicas por meio de fontes alternativas de financiamento;
- Revisar as diretrizes curriculares em cursos de nível superior e profissional para a inclusão de disciplinas sobre acessibilidade, direitos das pessoas com deficiência e doenças raras;
- Fomentar a ampliação da educação em tempo integral, em todas as etapas de ensino;
- Regulamentar e implementar o Sistema Nacional de Educação, incentivando a colaboração entre os entes federativos na implementação de políticas educacionais inclusivas e a integração entre a escola e a comunidade;
- Garantir financiamento distributivo e indutor de qualidade, implementar mecanismos aprovados no Novo Fundeb e aprimorar as transferências do Salário-Educação;
- Melhorar as condições e a infraestrutura das escolas e salas de aula, com ênfase na promoção da acessibilidade e da total conectividade digital de todas as unidades, urbanas e rurais, com banda larga de alta velocidade e qualidade;
- Incentivar a formação, a atualização e a valorização dos professores, a partir da reformulação do currículo de formação inicial, sobretudo para garantia do aprofundamento prático nas áreas de interesse, e introduzir certificação de professores, estimulando o desenvolvimento profissional e de carreira;
- Apoiar a saúde mental de estudantes e profissionais da educação, com destaque para impactos decorrentes da pandemia;
- Recuperar a credibilidade do Ministério da Saúde, resgatando seu papel de articulador das políticas de saúde, coordenando o comprometimento de metas e objetivos entre União, estados e municípios;
- Elevar gradualmente a participação da União no financiamento do SUS, com maior integração entre governo federal, estados e municípios;

- Regionalizar os serviços do SUS de forma que eles sejam prestados por todo território nacional de forma mais equânime possível;
- Reduzir as filas de espera por consultas, exames e cirurgias, agravadas pela pandemia, e ampliar acesso a medicamentos, fórmulas nutricionais, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção;
- Ampliar as ações de prevenção, atenção primária e promoção da saúde, com maior coordenação de cuidados;
- Expandir e fortalecer a Estratégia Saúde da Família;
- Promover atendimento e reabilitação a pacientes acometidos por sequelas da covid-19, com especial atenção à saúde mental;
- Expandir a telemedicina e a telessaúde para ampliar o acesso e a resolutividade, com implantação de prontuário eletrônico integrado para redes pública e privada, facilitando o acompanhamento da saúde do paciente, o agendamento e a marcação de consultas e exames, com respeito estrito às normas de proteção de dados pessoais e de segurança da informação;
- Apoiar Santas Casas e hospitais filantrópicos, com revisão da tabela de remuneração dos procedimentos prestados ao SUS;
- Retomar as campanhas de incentivo à vacinação, ampliando a cobertura, e fortalecer o Programa Nacional de Imunizações;
- Fortalecer o complexo nacional industrial e de produção de saúde com pesquisa e desenvolvimento;
- Fortalecer a rede de cuidados voltados a gestantes e puérperas, a fim de reduzir a mortalidade infantil e garantir às mulheres o direito ao planejamento familiar;
- Fomentar a incorporação e o acesso de tecnologias de ponta no SUS e o aprimoramento da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), com vista a garantir eficiência, transparência e participação democrática em seus processos;
- Fortalecer a atuação dos conselhos municipais, estaduais e nacional de Saúde, para a formulação e o monitoramento das políticas públicas;



- Promover a assistência a dependentes de álcool e outras drogas, fortalecer a capacitação e os serviços de assistência primária, secundária e das unidades terapêuticas e de reabilitação nos hospitais da rede SUS;
- Reduzir o desemprego, o subemprego e o desalento, incentivar a geração de emprego e renda, com maior formalização e melhor remuneração para os trabalhadores;
- Preservar o poder de compra do salário mínimo, com reajustes anuais baseados pelo menos na inflação;
- Promover políticas de qualificação e requalificação profissional, orientadas por demandas de mercado e com envolvimento do setor privado, para elevar a empregabilidade;
- Aprimorar o Sistema Nacional de Emprego (Sine) com uso intensivo de digitalização e parcerias com o setor privado;
- Reduzir a contribuição previdenciária para a faixa de um salário mínimo para todos os trabalhadores, como forma de estimular a formalização;
- Criar seguro de renda para os trabalhadores informais e formais de baixa renda em situações de queda súbita de rendimento, sob a forma de poupança (“Poupança Seguro Família”), conforme proposto no projeto de Lei de Responsabilidade Social;
- Ampliar o microcrédito produtivo e unificar programas com foco em inclusão produtiva, com atenção especial a mulheres empreendedoras, pessoas com deficiência e regiões de menor renda;
- Reduzir o déficit habitacional do país, adotando instrumentos como locação social, compra de unidades prontas para morar e aproveitamento de imóveis ociosos nos grandes centros;

- Retomar programas de construção de moradias subsidiadas, voltadas a famílias de baixa renda e mais vulneráveis (atual “faixa 1” dos programas de habitação), sobretudo as lideradas por mulheres, e promover o crédito habitacional para famílias de renda média, com incentivo a moradias com desenho universal e/ou acessibilidade;
- Promover a regularização fundiária, com certificação e documentação dos imóveis, sobretudo em áreas urbanas;
- Criar condições para acelerar o cumprimento de metas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos previstas no Marco Legal do Saneamento;
- Coordenar, junto com estados e municípios, a resolução de gargalos de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Recriar o Ministério da Cultura, recuperando o status, a atenção e a importância que a área merece;
- Fortalecer leis de incentivo à cultura, como a lei Rouanet, a lei Aldir Blanc e a lei do Audiovisual, com fontes estáveis de financiamento e fomento, critérios objetivos e impessoais que contemplem ampla gama de atividades, artistas de todos os portes e de todas as regiões do país;
- Expandir o número de espaços públicos equivalentes a bibliotecas dotados de conectividade, com foco na inclusão digital e na capacidade de atrair grupos de todas idades e faixas de renda;
- Desenhar programas de inclusão digital ao redor de bibliotecas e escolas, centrados na solução de problemas das pessoas, famílias, grupos e comunidades, e no acesso a serviços públicos;
- Assegurar que as pessoas com deficiência possam ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;

- Promover a igualdade de oportunidades de pessoas com deficiência às demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda;
- Incentivar que crianças com deficiência possam, em igualdade de condições com as demais crianças, participar de atividades recreativas, esportivas e de lazer, sobretudo no sistema escolar;
- Apoiar e promover o turismo, em coordenação com o Ministério da Cultura, visando maior atração de visitantes e eventos para o país, com especial atenção ao aumento da visitação a museus e parques nacionais;
- Fortalecer e divulgar o ecoturismo no Brasil;
- Valorizar o patrimônio cultural e histórico e garantir sua preservação e manutenção;
- Incentivar e fortalecer as políticas de incentivo ao esporte, visando garantir inclusão social aos jovens e crianças em situação de vulnerabilidade, os direitos de dignidade e cidadania;
- Apoiar o esporte como elemento de formação pessoal e coletiva, com integração entre os recursos do esporte profissional e de alto rendimento, a formação e a base, incluindo melhores condições de infraestrutura e manutenção das estruturas esportivas.





PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E COMPROMISSOS

Sim^{one}sim

vice MARA GABRILLI

EIXO 2

Economia verde e desenvolvimento sustentável

A agenda da sustentabilidade estará em todas as políticas e ações do nosso governo. Todas. Não será algo à parte, isolado, mas o coração da nossa gestão. Porque sem preservação não há futuro, pra ninguém.

O que estão fazendo com nosso meio ambiente hoje na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado, nos causa vergonha. Aqui e no mundo. Nunca antes se destruiu tanto quanto agora. É preciso e possível fazer diferente.

O Brasil precisa deixar de ser motivo de vexame global. Passaremos a liderar a agenda geopolítica mundial das próximas décadas, baseadas na sustentabilidade, na economia verde e num mercado de créditos de carbono bem estruturado e desenvolvido.

Vamos deter a devastação da Amazônia, recuperar áreas degradadas e assegurar a oferta de infraestruturas sociais e econômicas que garantam melhoria das condições de vida do seu povo. E enfrentar o crime organizado que patrocina a destruição.

O compromisso do meu governo é claro: desmatamento ilegal zero! Vamos começar passando um ‘pente fino’ em todas as medidas tomadas pelo atual governo que resultaram em incentivo ao desmatamento e à devastação.

Também vamos acelerar e antecipar o alcance de metas de redução de gases de efeito estufa e de reflorestamento previstas nos acordos internacionais. Recuperar os mecanismos de comando e controle, fortalecer órgãos de fiscalização, como o ICMBio e o Ibama.

É preciso acabar com a falsa dicotomia que opõe meio ambiente e desenvolvimento. Em sua imensa maioria, o setor produtivo brasileiro – e o agro em particular – já produz com sustentabilidade e responsabilidade. No entanto, em contrapartida, os que destroem, devastam e desmatam ilegalmente serão tratados com total rigor e tolerância zero pelo nosso governo.

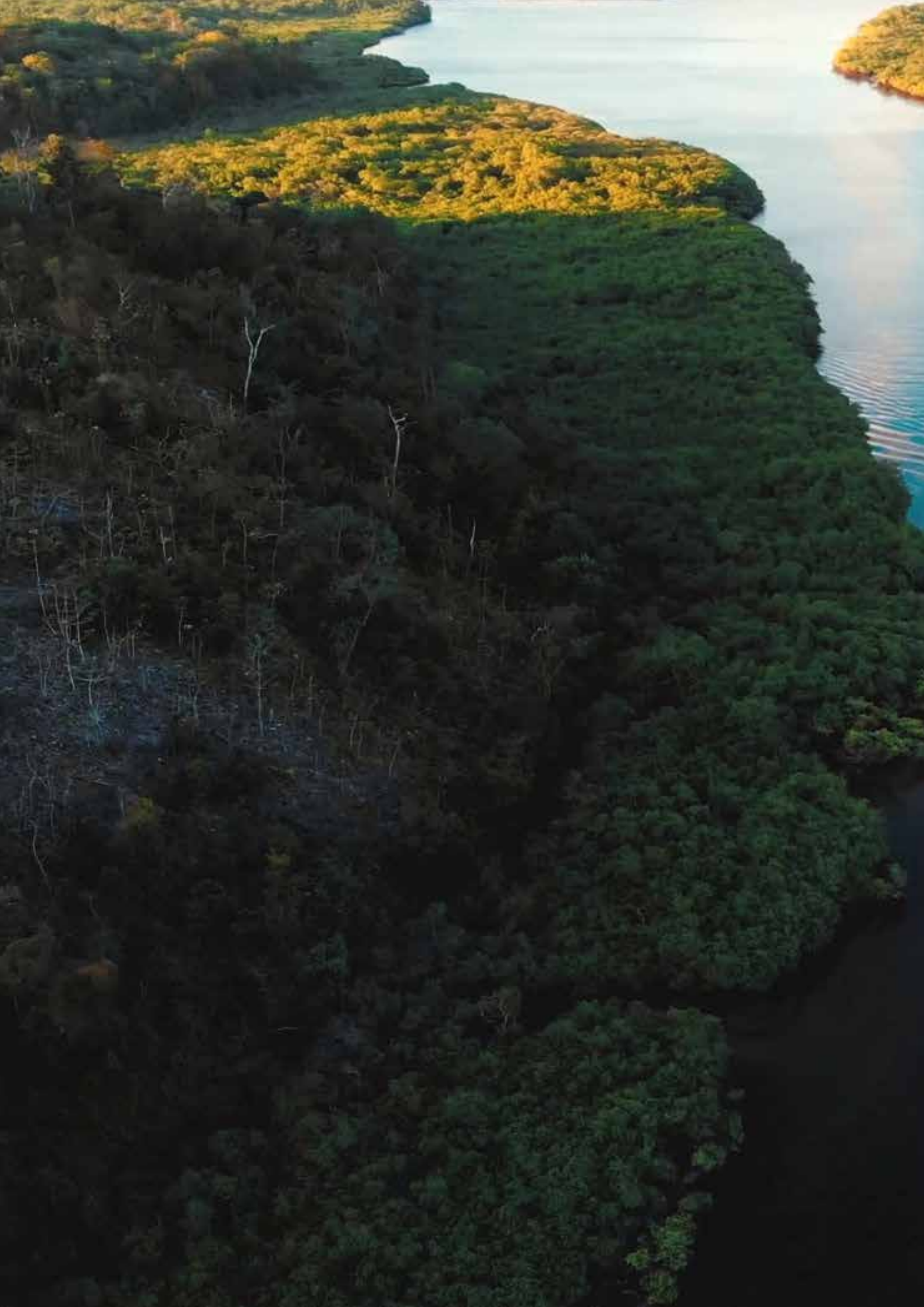
Nossos produtores agrícolas passarão a contar com um plano de safra plurianual, com diretrizes de financiamento e crédito agrícola, seguro rural e armazenagem de médio e longo prazos. A agricultura familiar merecerá apoio com crédito, extensão agrícola e cooperação técnica.

O Brasil que queremos vai acelerar a transição para uma matriz ainda mais limpa, renovável, segura, barata e eficiente de energia de baixo carbono, em particular aplicada ao transporte público integrado nos grandes centros urbanos.

País que trata mal a sua ciência não tem futuro. Por isso, nosso compromisso é garantir a disponibilidade e a execução integral de recursos destinados aos fundos públicos de incentivo à ciência, tecnologia e inovação, sem contingenciamentos ou cortes.

- Colocar os princípios da sustentabilidade e da economia verde no centro de todas as políticas públicas, voltadas à descarbonização e em favor da redução, compensação, adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas;
- Adotar política de tolerância zero com o desmatamento ilegal, reduzir a devastação, combater com rigor grileiros, invasores, madeireiros e garimpeiros que atuam à margem da lei e destroem nossa natureza e nossa ecologia;
- Fortalecer a fiscalização, a proteção e a preservação de todos os nossos biomas: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal;

- Recuperar os mecanismos de fiscalização, punição, comando e controle, fortalecendo órgãos como ICMBio, Ibama e Inpe;
- Acelerar o cumprimento das metas de redução de gases de efeito estufa, incluindo o metano, e de reflorestamento previstas no Acordo de Paris e no REED+ (Acordo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), com vistas ao combate ao aquecimento global;
- Criar, em conjunto como o Poder Judiciário, cadastros nacionais de empresas, projetos e pessoas que promovam desmatamento, invasão de terras, mineração ilegal e emissões ilegais de gases do efeito estufa, nos moldes da “Lista Suja” dos empregadores que submetem trabalhadores à condição análoga à escravidão;
- Organizar, formalizar e regulamentar um sistema nacional para o mercado de créditos de carbono, com vistas à redução, compensação e mitigação das emissões, com captação de recursos de diversas fontes para pagamento de serviços ambientais;
- Promover iniciativas para pagamento por serviços ambientais a proprietários que mantêm área de floresta ou vegetação nativa preservada além dos mínimos obrigatórios;
- Retomar o Fundo Amazônia e fortalecer a sua governança, como estratégia de financiamento de ações de fiscalização, proteção e preservação daquele bioma, bem como o desenvolvimento social e humano da região, acessando fundos de recursos e doações internacionais;
- Criar secretaria executiva, vinculada à Casa Civil, para coordenar e integrar políticas intersetoriais para Amazônia, com objetivo de sustentabilidade ambiental, econômica e social;
- Assegurar a oferta de infraestruturas sociais e econômicas que garantam melhoria das condições de vida na Amazônia – incluindo as atividades da bioeconomia – por meio de acesso à energia de qualidade e conectada a redes locais, serviços de telecomunicações em alta velocidade e baixa latência, saneamento básico em comunidades urbanas, periurbanas e rurais, e melhoria da mobilidade nas cidades e entre comunidades por meios de baixo impacto ambiental;





- Implementar o “Selo Verde” digital, em ambiente de rede aberta distribuída, para rastreabilidade, transparência, confiança e monitoramento de toda a cadeia de produtos certificados, permitindo o rastreio global de todos os bens e serviços produzidos no Brasil em conformidade com as normas de exploração e preservação;
- Acelerar a adoção, a informatização, a consolidação e a análise de regularidade do CAR (Cadastro Ambiental Rural), previsto no Código Florestal;
- Acelerar a transição para uma matriz ainda mais limpa, renovável, segura, barata e eficiente de energia de baixo carbono, por meio da competição entre as diferentes fontes energéticas (eólica, solar, hidráulica, biocombustíveis, biomassa, hidrogênio verde, etanol e gás natural), levando em consideração a contribuição de cada fonte para a segurança do abastecimento e para o controle de emissão de gases de efeito estufa;
- Acelerar o desenvolvimento de programas relativos à preservação e ao melhor manejo no uso da água;
- Instituir sistema unificado de outorgas na escala das bacias hidrográficas, sob administração da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), para garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos;
- Criar e implementar sistema de observação do mar brasileiro: acessível, transparente e integrado a meios flutuantes disponíveis, e instituir a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro;
- Apoiar a aprovação do PL do Mar (6969/2013), que tramita desde 2013 na Câmara dos Deputados e busca instituir a Política Nacional para Uso e a Conservação do Bioma Marinho;
- Criar e implementar novo marco legal para a pesca – gestão pesqueira integrada, incluindo restrições e novas tecnologias para pesca de arrasto, dentro de um planejamento espacial marinho;
- Instituir um plano de safra plurianual, com diretrizes de financiamento e crédito agrícola, seguro rural e estratégias de armazenagem de médio e longo prazos;
- Apoiar agricultura familiar, povos originários, comunidades extrativistas, quilombolas e ribeirinhos com crédito, extensão agrícola e cooperação técnica, incluindo também a melhoria das condições de conectividade e eletrificação no campo;

- Impulsionar a expansão da agricultura de baixo carbono e a integração lavoura-pecuária-floresta, sobretudo para aproveitamento de áreas hoje devastadas e que podem ser cultivadas sem desmatamento;
- Fortalecer e modernizar a Embrapa e apoiar órgãos de extensão rural;
- Impulsionar a produção nacional de insumos agrícolas e fertilizantes, buscando aumentar a produtividade nacional e reduzir a dependência em relação a importações;
- Apoiar polos agroindustriais, com maior valor agregado e empregos de melhor qualidade e remuneração, por meio da expansão da infraestrutura e da logística, sobretudo ferrovias;
- Fortalecer e incentivar o cooperativismo;
- Apoiar a melhoria da mobilidade nas cidades e regiões metropolitanas, reduzindo as emissões e incentivando opções mais limpas, promovendo a integração dos modais e o bilhete único;
- Garantir a disponibilidade e a execução integral de recursos destinados aos fundos públicos de incentivo à ciência, tecnologia e inovação, sem contingenciamentos ou cortes, com calendário de desembolso e orçamento pré-definidos;
- Facilitar acesso à tecnologia e ao conhecimento globais, zerando impostos relativos à transferência de tecnologia, liberando de barreiras tarifárias e não tarifárias insumos, máquinas e equipamentos necessários à pesquisa e ao desenvolvimento, e permitindo a entrada de pesquisadores e cientistas no país com vistos simplificados de trabalho;
- Aperfeiçoar a Lei do Bem, a fim de ampliar o universo de empresas elegíveis aos seus instrumentos de incentivo à inovação;
- Modernizar o Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), para que a submissão e o registro de marcas, patentes, desenhos industriais e outros possa ser feita de forma simplificada e rápida, inclusive por instituições de ensino e pesquisa;
- Criar polos de desenvolvimento de startups em parceria com empresas privadas e universidades, voltadas para o desenvolvimento regional e setorial (desenvolvimento amazônico sustentável, desenvolvimento energético, desenvolvimento de softwares, automação e inteligência artificial, entre outros).



PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E COMPROMISSOS

Simone**sim**

vice MARA GABRILLI

EIXO 3

Governo parceiro da iniciativa privada

As condições de vida da nossa população só vão mudar se a nossa economia voltar a crescer. É urgente e imprescindível, para gerar renda, oportunidades, empregos e atacar as desigualdades sociais. Para isso, precisamos construir um governo que seja parceiro da iniciativa privada.

Nosso governo vai restaurar as premissas macroeconômicas que nos deram a estabilidade da moeda e fixaram bases fiscais necessárias para o crescimento. Temos DNA reformista e nosso primeiro compromisso é com as reformas tributária e administrativa. Promover maior eficácia, competitividade e produtividade da economia.

Também vamos recriar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e dar transparência à execução dos gastos. Porque, quando falta planejamento, a pior política sequestra o orçamento e toma conta do dinheiro público, de forma secreta.

É preciso colocar o Estado brasileiro para propiciar melhores condições para o investimento privado acontecer, com estabilidade e responsabilidade. O governo tem que possibilitar ambiente estável, previsível, pacífico, com segurança institucional, jurídica e regulatória. Nosso governo será o governo das concessões, das parcerias público-privadas, das privatizações e da desestatização, sob coordenação do BNDES e com recursos destinados à redução da pobreza e à educação infantil.

Vamos promover o investimento em infraestrutura e logística, com agências regulatórias independentes e autônomas, marcos legais claros, transparentes e estáveis, para que possamos transformar o país num grande canteiro de obras em ferrovias, rodovias duplicadas, portos, aeroportos, hidrovias e cabotagem. Melhorar e aperfeiçoar o ambiente de negócios, diminuir de forma estrutural a burocracia e destravar o desenvolvimento.

O Brasil também precisa deixar de ser um país de costas para o mundo, retomar seu protagonismo e sua relevância no concerto global das nações. Vamos negociar novos acordos comerciais e buscar maior participação no comércio internacional, com medidas transparentes e previsíveis, construídas com diálogo, que contemplem, simultaneamente, um ataque ao custo Brasil.

Outro aspecto central é a adoção de políticas baseadas em evidências e na ciência, com custos, impactos e resultados previamente analisados. Porque o dinheiro público é escasso e deve ser aplicado onde mais traz benefícios para a sociedade e maximiza os ganhos para as pessoas. É o antídoto contra o voluntarismo, o populismo, a demagogia e a irresponsabilidade que se tornaram marcas dos governos no Brasil.

- Retomar o crescimento sustentável da economia, mantendo a inflação sob controle e as contas públicas em ordem, impulsionando o aumento da renda, a geração de emprego e de oportunidades de trabalho;
- Restaurar o cumprimento do tripé macroeconômico, com metas de inflação críveis e respeitadas, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante;
- Combater a inflação de forma permanente, com política fiscal responsável, contribuindo de forma positiva para a efetividade da política monetária sob comando do Banco Central independente;
- Reorganizar as regras fiscais e torná-las executáveis, dando maior clareza, coerência e transparência aos indicadores das contas públicas, com a modernização do capítulo de Finanças Públicas da Constituição Federal;

- Recuperar a confiança em políticas de controle de despesas, diminuindo a rigidez orçamentária, com prioridade na revisão e redução de gastos ineficientes, ampliando o espaço para políticas sociais que tragam retorno efetivo para sociedade;
- Recriar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com orçamento anual orientado por um programa plurianual, baseado em metas de médio e longo prazos e prioridades claras;
- Adotar um Plano de Despesas Federais de médio prazo, em linha com metodologia adotada por países da OCDE, permitindo a construção robusta de cenários fiscais alinhados a metas plurianuais de dívida pública;
- Dar total transparência ao Orçamento da União, tornando públicas sua indicação e execução dos gastos, e recuperar a importância de uma melhor governança do orçamento público para dar prioridade ao cumprimento de metas de impacto social;
- Adotar políticas públicas baseadas em evidências e na ciência, com metas, indicadores e planejamento estratégico, para fazer melhor uso do dinheiro público e gerar mais resultados para os cidadãos, de forma integrada e transparente;
- Recuperar a periodicidade de Censo Nacional, com orçamento adequado, produzindo estatísticas essenciais para a formulação de políticas públicas;
- Implementar, nos seis primeiros meses de gestão, a reforma tributária, com dois objetivos principais: simplificação e justiça social;
- Reformar tributos sobre o consumo, com a criação do IVA, trazendo mais justiça social, simplificação, progressividade e neutralidade ao sistema tributário brasileiro, sem deixar de lado a modernização dos mecanismos de desenvolvimento regional, com a criação de um fundo constitucional para compensar estados e municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- Reformar o imposto sobre a renda, para eliminar a regressividade do nosso sistema;

- Reavaliar gastos tributários, com metas anuais de redução;
- Promover maior competitividade da economia brasileira, com impulso ao aumento continuado dos níveis de produtividade, por meio da implementação de reformas estruturais, aumento de investimento em capital humano, modernização da infraestrutura e maior integração do país à economia internacional;
- Revisar o pacto federativo, com a redução das desigualdades regionais, reequilíbrio de direitos e deveres entre União, estados, Distrito Federal e municípios, por meio da justa redefinição de atribuições e distribuição de recursos;
- Adotar política de desenvolvimento regional para estimular as potencialidades das regiões, especialmente Nordeste, Norte e Centro-Oeste, em colaboração com estados e municípios, enfrentando causas estruturais das desigualdades, particularmente as relacionadas a fatores de competitividade e de produtividade, tais como educação, qualificação profissional, inovação e infraestrutura;
- Reformar o Estado brasileiro, promovendo melhoria significativa na qualidade do serviço e produtos oferecidos aos cidadãos, por meio da adoção de metas e indicadores integrados e transparentes;
- Promover reforma administrativa que torne o Estado mais eficiente, ágil, produtivo e amigável para o cidadão, com objetivo de ampliar e melhorar a oferta de serviços públicos;
- Contratualizar o desempenho de organizações estatais, colocando em prática a lei 13.934, de 2019, com eventuais aperfeiçoamentos;
- Melhorar a forma de organização de instituições públicas, estatais e não estatais (como as fundações estatais de direito privado e as organizações sociais, respectivamente), para provisão de serviços de interesse público, tais como saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, ensino superior e desenvolvimento social, dentre outras;

- Fortalecer a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) como centro de conhecimento e difusão sobre as melhores práticas de gestão, inovação e regulação e como responsável por programas de formação permanente para a melhoria dos quadros, com capacidade de realizar medição de resultados;
- Potencializar a transformação digital da administração pública, estruturando mecanismos em favor da população com dificuldades de acesso a serviços digitais, com mudanças gerenciadas estrategicamente, levando em consideração critérios como produtividade, efetividade, qualificação, tempestividade, precisão, adequação e inclusão;
- Buscar soluções de impacto para problemas crônicos na gestão de serviços públicos, entre os quais reduzir a fila para realização de perícia para concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez;
- Garantir que todos os dados e serviços públicos de competência do governo federal sejam acessíveis e estejam disponíveis a partir de um único site (Gov.br), ofertando também estrutura para que os dados e serviços de estados e municípios possam ser oferecidos e integrados à mesma plataforma, de forma a permitir que o cidadão encontre e resolva todas as suas relações com o Estado em um único local;
- Promover a segurança jurídica, regulatória e institucional, para melhorar o ambiente de negócios, restaurar a confiança dos investidores no país, incentivar a atração de investimentos e a geração de emprego e renda, abrindo mais espaço para a participação da iniciativa privada na economia, sobretudo em investimentos de infraestrutura e logística;
- Promover desestatizações, privatizações, concessões e parcerias público-privadas, com objetivo de criar maior competição, eficiência e aumento de produtividade da economia;
- Reorganizar a presença do Estado na economia e destinar os recursos obtidos com as desestatizações às políticas sociais de redução da pobreza e à educação infantil;

- Restaurar a função do BNDES no fomento ao emprego e na coordenação do Programa Nacional de Desestatização e reforçar sua atuação na prestação serviços a estados e municípios em concessões de serviços públicos, com a extinção da atual Secretaria de Desestatização;
- Reforçar o papel do BNDES no apoio a pequenas e médias empresas, de tecnologia e toda a economia de baixo carbono;
- Restaurar os mecanismos de financiamento dos bancos públicos às exportações, em linha com as melhores práticas internacionais;
- Implantar e aprofundar os avanços da Lei das Estatais, garantindo a qualificação e a independência dos membros dos conselhos e das diretorias das estatais de capital aberto e sua administração eficiente;
- Racionalizar e simplificar as normas aplicáveis aos contratos entre particulares, eliminando restrições injustificadas à liberdade das partes, reforçando a limitação de responsabilidade dos investidores e promovendo a rápida solução de litígios e a execução de garantias;
- Reforçar o papel dos mercados financeiro e de capitais como principais financiadores da atividade econômica privada, assegurando independência e financiamento adequado aos reguladores estatais e debatendo sua estrutura a partir de suas funções prudencial e informacional;
- Implementar programa de contratações estratégicas pela administração pública, como forma de incentivar o desenvolvimento nas áreas de desenvolvimento sustentável, novas fontes de energia, novas tecnologias, desenvolvimento de softwares, inteligência artificial e desenvolvimento aeroespacial, entre outras;



- Modernizar nossa infraestrutura viária (rodovias, portos, aeroportos, hidrovias e com foco nas ferrovias), por meio de maiores investimentos privados e melhor governança dos investimentos públicos, com a redução dos custos logísticos numa matriz mais equilibrada, limpa e competitiva, com integração entre os modais, e com base num planejamento de médio e longo prazo, tendo por referência projetos sustentáveis e de maior retorno para a sociedade;
- Aprimorar o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) como instrumento de interlocução, coordenação e informação sobre os projetos de infraestrutura, por meio da elaboração de uma carteira crível de projetos exequíveis, com cronogramas viáveis, em coordenação com estados e municípios, e comprovados por estudos tecnicamente rigorosos;
- Ampliar aportes tecnológicos nas indústrias brasileiras, com processos mais eficazes, como os da Embrapii, para ganhos de produtividade (indústria 4.0), ampliar sua internacionalização e participação em cadeias globais, tirando proveito das vantagens comparativas que o país oferece e da economia de baixo carbono;
- Estabelecer governança de forma que se crie uma inteligência nacional para coordenação de prioridades estratégicas voltadas para o desenvolvimento industrial, integrando ciência, tecnologia e inovação, educação, infraestrutura e economia.
- Reduzir o custo de energia elétrica para a maioria dos consumidores, eliminando subsídios que não mais se justificam;
- Recuperar o planejamento no setor de energia e melhorar a governança setorial;
- Ampliar o grau de abertura comercial e de internacionalização da economia brasileira, com transparência e sem atropelos, promovendo atração de novos investimentos e maior integração às cadeias globais de valor;
- Negociar novos acordos com parceiros comerciais relevantes e envidar esforços para colocar em vigência acordos negociados recentemente;

- Formular e implementar plano de redução gradual de tarifas aduaneiras, eliminação de medidas não-tarifárias e negociações comerciais, com ênfase em acesso a mercados;
- Reforçar a integração latino-americana, aprofundando acordos já existentes e negociando novos acordos;
- Promover a integração física e os investimentos em infraestrutura na América do Sul, de modo a aproveitar os movimentos de reconfiguração das cadeias internacionais de valor;
- Consolidar e aprofundar o Mercosul, por meio de propostas e ações voltadas para a liberalização do comércio de bens e serviços e dos movimentos de pessoas e de capitais entre os sócios do bloco;
- Revigorar a atuação do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), contribuindo para tornar o sistema multilateral de comércio mais aberto e menos discriminatório;
- Recuperar o prestígio da diplomacia brasileira nos diversos foros internacionais, intensificando a participação do país nos trabalhos das Nações Unidas, particularmente nos que se destinam a: (1) mitigar as mudanças climáticas;(2) promover o desenvolvimento sustentável; (3) garantir a paz e a segurança internacionais; (4) combater o tráfico de armas e de drogas, a corrupção, o terrorismo e a guerra cibernética, entre outras questões globais; e (5) reformar a Carta da ONU e ampliar seu Conselho de Segurança;
- Utilizar nossa extensa rede de representações diplomáticas no exterior para facilitar os fluxos bilaterais de pessoas, bens, serviços, investimentos e tecnologia;
- Engajar-se nas discussões de grupos plurilaterais dos quais o Brasil participa, tais como G-20 e Brics, com vistas ao fortalecimento do multilateralismo;
- Avançar no processo de acesso à OCDE, concebido como oportunidade para revisão geral das políticas públicas nacionais, visando seu aperfeiçoamento à luz das melhores experiências e práticas.

PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E COMPROMISSOS

Simone**sim**

vice MARA GABRILLI

EIXO 4

Governo inclusivo, seguro e transparente

O nosso país precisa recuperar a paz, a civilidade, a harmonia. É inegociável o nosso respeito à democracia, às instituições e ao Estado de Direito. É imprescindível governar com tolerância e diálogo. Defender as leis, as liberdades, os direitos humanos e a livre orientação dos indivíduos.

Na diversidade está uma das nossas maiores riquezas. Nossa gestão travará combate sem trégua ao racismo estrutural e institucional, aos preconceitos e às discriminações, ao ódio e à intolerância. Manteremos a política de cotas e expandiremos ações afirmativas para promover maior igualdade racial, social e de gênero.

Nosso compromisso é com a nomeação de um ministério paritário entre homens e mulheres. Também ampliaremos espaços para negros no governo. Respeitaremos e faremos cumprir rigorosamente a legislação de defesa dos direitos dos povos originários e de proteção de seus territórios.

Um governo inclusivo vai promover mais oportunidades e ampliar espaços para pessoas com deficiência, buscando ir além da legislação hoje em vigor, como nas metas de contratação em empresas privadas. Também irá enfatizar a inclusão e a acessibilidade de crianças com deficiência, sobretudo na educação infantil, e a implementação de todos os direitos previstos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

O Brasil também necessita, urgentemente, vencer a violência. Por isso, o governo federal vai assumir papel central na coordenação de ações de enfrentamento ao crime organizado. A recriação do Ministério da Segurança Pública será parte desta estratégia, que inclui, ainda, revogar decretos do atual governo que fragilizaram o controle do porte e da posse de armas. A integração de todas as forças policiais e a atuação das Forças Armadas garantirão a defesa e a proteção do território nacional, com vigilância e controle rigorosos das nossas fronteiras.

Para o Brasil melhorar, é preciso um governo sério, que seja respeitado e que respeite, que adote práticas de ESG, uma sensibilidade social, responsabilidade e transparência com o dinheiro público e combata a corrupção. Que facilite a vida dos cidadãos, por meio do uso da tecnologia e da digitalização dos serviços públicos.

Vamos governar em parceria, porque ninguém faz nada sozinho; com o interesse público acima de tudo; com eficiência e eficácia; com transparência, lisura e sinceridade. E, por último, mas não menos importante, governar com honestidade. Para mudar o Brasil com amor e coragem.

- Defender a democracia, as instituições e o Estado de direito;
- Recuperar a harmonia entre os poderes, promovendo um “presidencialismo de conciliação”;
- Respeitar, promover e defender as leis, as liberdades, os direitos humanos, a diversidade, as identidades e a livre orientação dos indivíduos;
- Combater a discriminação, a intolerância, o preconceito e o desrespeito;
- Adotar práticas de ESG no governo, unindo sensibilidade social, responsabilidade e transparência com o dinheiro público e, permeando todas as ações da gestão, respeito ao meio ambiente;

- Nomear ministério com paridade de gênero, composto por igual número de homens e mulheres;
- Incentivar políticas de igualdade salarial entre homens e mulheres;
- Estabelecer Política Nacional de Promoção da Equidade Racial, ampliar as políticas de cotas e ações afirmativas para promover maior igualdade racial, social e de gênero, incluindo políticas que permitam a permanência de alunos cotistas até a conclusão dos estudos;
- Ampliar a participação de negros nos cargos e funções de governo, sobretudo no primeiro escalão;
- Adotar medidas que garantam a igualdade de oportunidades a mulheres, jovens, pessoas idosas, com deficiência e com doenças raras, negros, quilombolas, população LGBTQIA+, povos originários e outras minorias em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;
- Adotar medidas de proteção a refugiados e migrantes;
- Instituir Política Nacional do Cuidado, com a criação de rede nacional, articulada e integrada, para a oferta de cuidadores de crianças, pessoas idosas, com deficiência e com doenças raras ou incapacitantes;
- Promover no serviço público federal e incentivar empresas a cumprir metas de contratação de pessoas com deficiência, bem como estimulá-las a ir além da cota legal;
- Enfatizar a inclusão e a acessibilidade de crianças com deficiência, em todos os níveis e modalidades de ensino, sobretudo na educação infantil, incluindo apoio à formação continuada de professores, infraestrutura adequada e uso de métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologias assistivas;

- Implementar o modelo de educação expresso na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e favorecer a formação e a disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- Regulamentar a avaliação biopsicossocial da deficiência e do profissional de apoio escolar;
- Implementar todos os direitos previstos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seus 127 artigos e em todas as suas dimensões: combate à discriminação, reabilitação, saúde, educação, moradia, trabalho, assistência social, previdência social, cultura, esporte, turismo e lazer, transporte, mobilidade, acessibilidade, comunicação e informação, acesso à justiça, entre outros;
- Promover e integrar as políticas de saúde, educação, assistência social e previdência social para as pessoas com deficiência e com doenças raras, e promover estratégias de capacitação permanente de equipes que atuam nas redes SUS e SUAS, para atendimento e orientação a essas pessoas, seus familiares e cuidadores;
- Reforçar políticas públicas em saúde para grupos prioritários, como saúde materno-infantil, saúde da mulher, da criança e do adolescente, população negra, portadores de deficiência, povos originários, comunidades quilombolas e rurais;
- Ampliar ações afirmativas e manter cotas para pessoas com deficiência em cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino, conforme a lei 13.409/2016;
- Respeitar e fazer cumprir rigorosamente a legislação na defesa dos direitos dos povos originários e na proteção de seus territórios, incluindo políticas específicas de educação, saúde e assistência social;
- Acelerar a regularização de territórios quilombolas, com emissão de títulos para povos remanescentes de quilombos e garantia de direitos das comunidades;

- Recuperar e fortalecer a Funai;
- Prevenir, fiscalizar e combater com rigor o trabalho escravo e a exploração infantil;
- Reduzir o número absoluto e relativo de mortes violentas intencionais, em especial homicídios e latrocínios;
- Recriar o Ministério da Segurança Pública, com tolerância zero ao crime organizado, colocando a União no centro da organização, coordenação e articulação das ações de enfrentamento, em parceria com estados e Distrito Federal;
- Promover a efetiva integração de todas as forças de segurança nacionais, com base no Sistema Único de Segurança Pública, uso intensivo de inteligência policial, com dados compartilhados numa plataforma nacional de informações policiais;
- Vigiar as fronteiras e controlar com rigor e maior eficácia a entrada de armas e drogas no país, ampliando e concluindo a implantação de sistemas de vigilância e monitoramento, como o Sisfron;
- Estabelecer metas de elucidação e redução de homicídios em acordo com os estados e vincular o repasse de verbas adicionais federais ao atingimento dos objetivos;
- Incentivar o treinamento e o equipamento das polícias, com armas de boa qualidade para enfrentar o crime com mais rigor e segurança;
- Revogar decretos do atual governo que fragilizaram o controle do porte e da posse de armas e aumentar a fiscalização e o rastreamento de armamentos e munições de uso pessoal;
- Combater o feminicídio, a violência doméstica e os crimes contra crianças, com campanhas, conscientização, canais mais seguros de denúncia e punição;
- Incentivar e apoiar a ampliação de patrulhas Maria da Penha por estados e municípios, para combate à violência sistêmica sofrida pelas mulheres em âmbito doméstico e familiar;
- Revisar e atualizar o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal;



- Fortalecer e valorizar as Forças Armadas e a Polícia Federal, reforçando seus papéis e suas atuações como instituições de Estado na defesa e na proteção do território nacional;
- Intensificar a participação em forças de paz internacionais, reforçando o intercâmbio, a visão geopolítica global e a posição pacifista e universal de nossas Forças Armadas;
- Assegurar o cumprimento, dentro do cronograma, de programas estratégicos de Defesa do Exército, Marinha e Aeronáutica;
- Ampliar a transparência de governo, com vasto escrutínio e controle da sociedade sobre todos os atos, iniciativas e práticas da gestão;
- Promover ampla abertura de dados dos serviços públicos federais, incluindo dados de compras públicas, contratos, participantes e sócios de empresas contratadas, sempre de forma estruturada e sem sigilo, para permitir o total controle pela sociedade;
- Adotar política de tolerância zero com a corrupção, por meio da expansão de ações preventivas, de transparência e de *compliance* na administração direta e indireta;
- Fortalecer os órgãos de fiscalização e controle interno do governo;
- Digitalizar 100% dos serviços públicos federais até 2026, priorizando a integração de diferentes cadastros sociais, permitindo aos cidadãos acessar serviços de qualquer parte, de forma unificada, em um único local;
- Garantir a inclusão digital entre os direitos e as garantias fundamentais dos brasileiros, conforme proposta de emenda à Constituição de minha autoria aprovada no Senado.

Coordenação geral Germano Rigotto
Coordenação da área econômica Elena Landau

Baleia Rossi, presidente nacional do MDB
Bruno Araújo, presidente nacional do PSDB
Renata Abreu, presidente nacional do Podemos
Roberto Freire, presidente nacional do Cidadania

Alceu Moreira, presidente nacional da Fundação
Ulysses Guimarães (MDB)

Caetano Araujo, presidente nacional
da Fundação Astrojildo Pereira (Cidadania)

Pedro Cunha Lima, presidente nacional
do Instituto Teotônio Vilela (PSDB)

Ricardo Camargo, presidente nacional
da Fundação Podemos (Podemos)

Agradecemos o tempo, a disposição e a colaboração, sem necessariamente vinculação partidária, de Adriana Freire Ferri, Amanda Schultze, Ana Carla Abraão, Ana Lúcia Germano Nascimento, Ana Toni, André Lacerda, André Portela, Arminio Fraga, Barjas Negri, Beatriz Tess, Bernard Appy, Beto Veríssimo, Bianca Tavorali, Candido Bracher, Carlos Ari Sundfeld, Clarissa Gandour, Cláudia Costin, Claudio Frischtak, Coronel Libório Cavalcante Neto, Daniel Barros, Denis Lerrer Rosenfield, Edmar Bacha, Eduardo Jorge, Elisiane da Silva, Fernando Holanda Barbosa Filho, Fernando Veloso, General Santos Cruz, Gustavo Grisa, Guto Scherer, Hélio Tollini, Horácio Piva, Jefferson de Oliveira Gomes, Jerson Kelman, João Batista de Oliveira, João Fernando Gomes Oliveira, João Gabbardo, João Villaverde, José Alfredo Graça Lima, José Fogaça, José Guilherme Almeida Reis, José Luiz Fuscaldo, José Márcio Camargo, José Roberto Mendonça de Barros, Juliana Damasceno, Juliano Assunção, Karina Bugarin, Laryssa Kruger, Laura Muller Machado, Lelo Coimbra, Luiz Augusto Barroso, Marcelo Britto, Marcelo Trindade, Marcos Mendes, Marcos Vinícius Souza, Marina Grossi, Marisa Moreira Salles, Miguel Foguel, Miguel Lago, Naercio Menezes, Natalie Unterstell, Nelson Machado, Pablo Cerdeira, Paulo Bijos, Paulo Tafner, Pedro Passos, Pedro Wongtschowski, Persio Arida, Priscila Cruz, Raquel Vieira, Raquel Teixeira, Renan Sargiani, Renata de Carvalho Rodrigues, Ricardo Henriques, Ricardo Paes de Barros, Rossieli Soares, Sandra Ríos, Sergio Firpo, Sérgio Guimarães Ferreira, Sergio Portillo, Sílvio Meira, Simon Schwartzman, Susana Kakuta, Tainá Pacheco, Tasso Azevedo, Telma Regina Charbel de Mello, Tomás Alvim, Vanessa Canado, Vera Monteiro, Vinícius Botelho, Vinicius Carrasco e Wanda Engels.



PRESIDENTE
Simone15
vice MARA GABRILLI

